

Fazendeiros têm 20 dias para legalizar trabalho

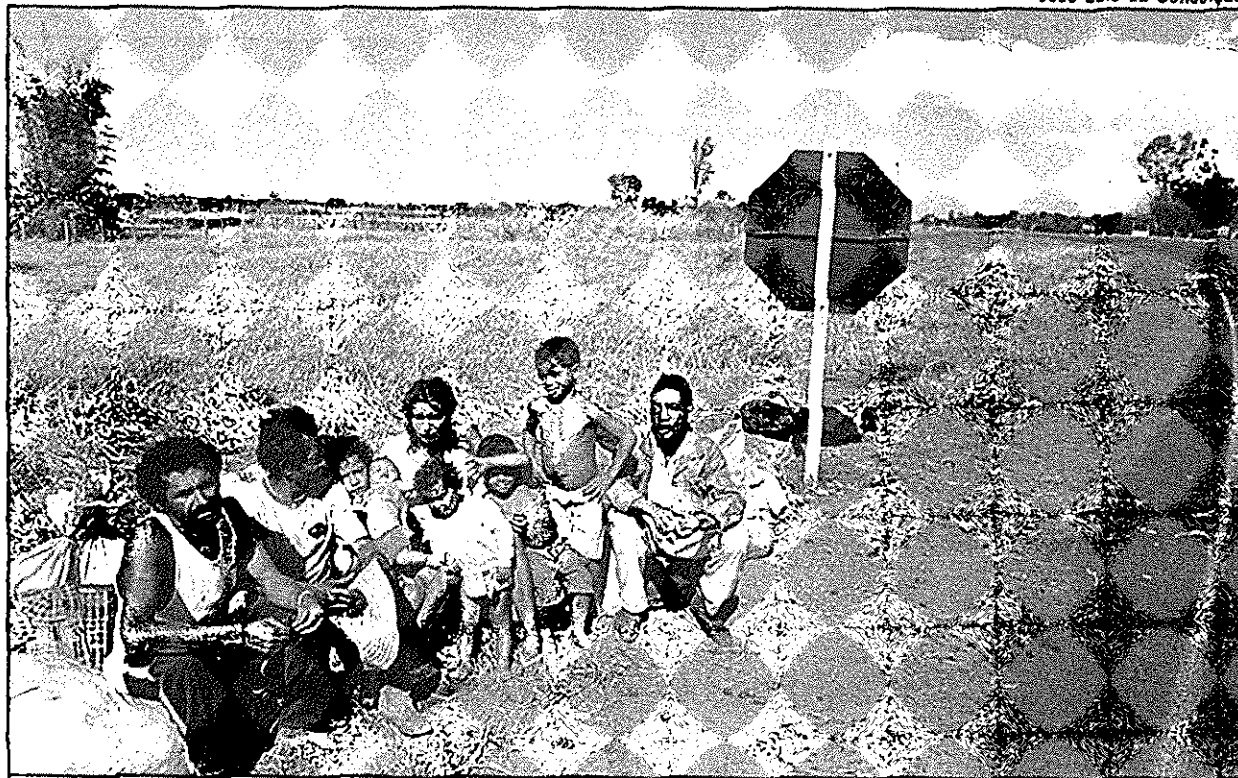
JOÃO HENRIQUE DE AZEVEDO
Enviado especial

CAMPO GRANDE — O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso do Sul, Luís Camargo de Melo, reuniu-se ontem com representantes da Associação dos Produtores de Sementes do estado e deu prazo de 20 dias para as empresas do setor regularizarem a situação trabalhista dos cinco mil empregados — trabalhadores da região de Camapuã, onde é comum o regime de escravidão. Camargo apresentou um termo de ajuste de conduta a ser entregue aos donos das 40 fazendas de sementes de brachiária (capim de pastagem de gado). Assinando esse termo, os fazendeiros se comprometem a registrar os trabalhadores, a não contratar menores e a fornecer equipamentos de segurança para o serviço. A entidade ficou de analisar o documento e dar uma resposta dentro de dez dias.

— Vamos insistir na fiscalização e pedir a punição dos que burlam a lei usando mão-de-obra em condições escravocratas. Não tem perdão. Quem não atender nossa solicitação estará sujeito à lei — advertiu Camargo.

O procurador-chefe ouviu ontem o empresário Tsuyoshi Sakane, sócio da Sementaria Boi Gordo, detido anteontem — e liberado em seguida — com mais quatro gatos (aliciadores de escravos) na fazenda São Domingos, em Camapuã, sob as acusações de omissão de socorro, aliciamento e descumprimento de direitos trabalhistas. A Polícia Federal só não indiciou os cinco por crime de exploração de trabalho escravo. Segundo Camargo, Sakane negou a existência de trabalho escravo na fazenda e alegou ser apenas amigo do dono, Toshio Hisaeda. Mas admitiu que a legislação trabalhista foi burlada.

O subsecretário do Trabalho e Ação Social de Mato Grosso do Sul, João José de Souza Leite, disse que o Governo do estado tomara conhecimento de trabalho forçado e irregularidades trabalhistas através de um relatório encaminhado também ao Governo federal. Ele frisou, con-



Despejadas das fazendas em que eram exploradas, famílias inteiras ocupam a margem da Campo Grande-Culabá

tudo, que a secretaria não tem poder para punir os infratores.

— Esse problema não pode persistir, é uma vergonha. Vamos propor uma ação de parceria com toda a sociedade para buscar uma saída — disse.

O advogado das fazendas de Camapuã, José Luiz Blaszk, admitiu a existência de graves irregularidades trabalhistas, mas disse que a blitz do Governo foi muito dura. Segundo ele, os fazendeiros estão interessados em regularizar a situação dos empregados, mas precisam de mais tempo. Ele disse que seus clientes não são responsáveis pela contratação de mão-de-obra escrava por parte dos gatos.

— A medida foi muito drástica e causará desemprego, criando um grave problema social. Foi uma jogada política do presidente Fernando Henrique, que quis capitalizar a denúncia da CUT sobre trabalho escravo nas carvoarias e evitar um desgaste político. Não há interesse dos empresários de bater de frente com o Governo, mas é preciso negociar — defendeu Blaszk.

Índios de reservas do Paraná desistem de ser explorados

ELZA DE OLIVEIRA

Índios de cinco reservas do Norte do Paraná, que há três anos prestavam trabalhos temporários para a Debrasa S.A. (Destilaria Brasileira), em Mato Grosso do Sul, decidiram não mais aceitar trabalho na empresa, que os mantinha em regime de semi-escravidão. Em cada viagem eles ficavam dois meses naquele estado, cortando cana e recebendo de R\$ 6 a R\$ 8 por uma jornada de 11 horas diárias de trabalho. Apenas aqueles que são encarregados das turmas ganham mais: R\$ 12 por dia.

O índio caingang Ari Venbu Lonrenco, da reserva indígena de Apucarantina, cumpriu dois contratos temporários na

Debrasa. Ari trabalhava à noite e, certa vez, viu um índio morrer a seu lado, esmagado por um trator. O atropelamento de um bóia-fria de 17 anos por um caminhão, dia 9 de junho, foi o estopim da decisão dos índios de não mais trabalharem para a empresa. O corpo do rapaz chegou ao Paraná na véspera de uma reunião do conselho das cinco reservas indígenas do Norte do estado.

O gerente da Debrasa em Brasilândia, Nilton Sérgio Rodrigues, garantiu que os índios têm boas condições de trabalho e apenas não são registrados em carteira porque não possuem documentos e preferem não sofrer descontos de encargos sociais. Rodrigues disse ainda que desconhece a morte de índios.

Escravos agora sofrem despejo

CAMPO GRANDE — Em represália à blitz na fazenda São Domingos, os fazendeiros de Camapuã começaram, através dos gatos, a despejar trabalhadores na cidade e a fechar as fazendas, que empregam cinco mil pessoas. Pelo menos 200 trabalhadores vagavam ontem na praça central de Camapuã, nas ruas e nas estradas de acesso à cidade. Camapuã, a 150 km da capital, começou a enfrentar um problema social sério: pessoas dormindo na rua, brigas, prostituição e roubo causados pelo desemprego.

— Os trabalhadores estão sendo jogados na cidade — disse a promotora Jaceguara Dantas da Silva Passos, que quer comprovar a ligação entre os gatos e os fazendeiros para punir os responsáveis.

Despejado da fazenda Calábria, em São Miguel do Oeste (a 20 km de Camapuã), Manoel Go-

mes dos Santos, de 56 anos, era um dos que vagavam ontem com a família na estrada.

— Não sei o que fazer. Vamos dormir na estrada. Seja o que Deus quiser — disse Manoel, sentado à beira da estrada com a mulher Marli e os cinco filhos (Marlon, de 3 meses, Claudeléia, de 2 anos, Claudenir, de 5, e Claudemeire, de 9), todos subnutridos. Ele contou que recebeu R\$ 200 no acerto de contas com o patrão, mas o dinheiro não dá para voltar para sua cidade de origem, Aquidauana (MS).

Situação pior enfrentavam Adilson Passos Macedo, Orlando Pinheiros e Divino de Faria, despejados da fazenda Cabeceira Alta sem receber um centavo. O gato, segundo eles, descontou comida e cachaça de seus salários. Adilson é de Alta Floresta (AM); Divino, de Mocamedes (GO) e Orlando, de Guarulhos (SP).

Pará tem até cemitério clandestino

MONICA TORRES MAIA

Foram descobertos um cemitério clandestino e trabalhadores explorados em regime de escravidão em duas fazendas no município de Rondon do Pará (a mil quilômetros de Belém), que recebem incentivos do Governo federal através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Na manhã de quarta-feira, a diretora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetap), Rita da Luz Serra, acompanhada por 15 policiais, encontrou ossos com sinais de incineração cobertos por pneus e plástico preto na fazenda Te-chau-gau.

A equipe também constatou a existência de trabalho escravo na fazenda Nova Deli, vizinha à Techaugau, ambas de propriedade de Josélio Carneiro Barros. Foi aberto inquérito na Polícia Civil e o juizado da comarca de

Rondon decretará nas próximas horas a prisão preventiva do fazendeiro, que está foragido.

A diretora da Fetap não conseguiu levantar o número preciso de trabalhadores que vêm sendo explorados em regime de escravidão nas duas fazendas. Na quarta-feira, ela conversou com sete deles, que contaram estar lá há quatro anos sem jamais ter recebido um centavo. Eles disseram que há vários trabalhadores na mesma situação.

Os gatos costumam recrutar vaqueiros, construtores de cercas e fabricantes de queijo desempregados em Rondon e nas cidades próximas. Quando eles desembarcam nas fazendas, são avisados de que não terão permissão para sair antes de completar um ano de trabalho. A única retribuição que recebem pelos serviços prestados é a alimentação. Simplesmente não têm salário e jamais viram um único pedaço de papel prestando contas sobre quanto ganham e quanto devem.